

Brasil só cresceu 1,51%

Com as crises, país teve em 2001 expansão abaixo da prevista pelo FMI para o mundo

Flávia Barbosa e Cássia Almeida

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro — total das riquezas produzidas pelo país — apresentou ligeira retração no segundo semestre do ano passado (-0,09%), o que levou a economia à terceira menor taxa de crescimento desde o início do Plano Real. A expansão em 2001 ficou em 1,51%, muito abaixo dos 4,36% registrados no ano anterior. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE e refletem a resposta dos setores produtivos à alta dos juros e do dólar e ao racionamento de energia. Tanto que, ainda sem o estouro das crises, o PIB chegou a crescer 3,17% no primeiro semestre.

O segmento mais afetado foi a indústria — que engloba a indústria de transformação, os serviços de energia elétrica, a construção civil e o extrativismo mineral — que teve retração de 0,58%, após expansão de 4,87% em 2000. O resultado foi determinado pelo péssimo desempenho da construção, cujo PIB recuou 2,6%, e dos serviços industriais de utilidade pública (basicamente eletricidade), que caíram 5,5% na esteira da crise energética. O setor levou junto o volume de impostos sobre produtos, cuja variação foi de apenas 0,81%, frente a um crescimento de 7,06% em 2000.

— A economia inverteu a tendência de crescimento que registrava desde o segundo semestre de 1999, houve uma desaceleração forte provocada pelos sucessivos choques pelos quais o país passou no ano passado — afirma Roberto Olinto, gerente de Contas Trimestrais do IBGE. — Mas, mesmo com a performance ruim, ainda é expansão, não houve recessão — explica.

Com a indústria bombardeada por todas as crises de 2001, coube aos setores de serviços e de agropecuária segurar a economia no ano passado. Representando 58,8% das riquezas geradas pelo país, o PIB de serviços (onde estão os bancos, as empresas de telecomunicações, o comércio, a administração pública) cresceu 2,52%, contra 3,71% em 2000. A agropecuária teve crescimento de 5,11%, bem mais do que os 3,03% apurados no ano anterior. Todos os subsetores dos dois grupos puseram o pé no freio, mas fecharam o ano com taxas positivas.

No quarto trimestre, PIB recuou 0,69%

• O PIB ficou dentro das expectativas do mercado, que projetava alta de 1,8%, mas bem inferior à projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a média da economia mundial (2,4%). Confirmadas as projeções, o Brasil deverá manter a 11ª posição no ranking global de economias, com US\$ 562 bilhões (equivalente a cerca de R\$ 1,3 trilhão).

Depois de nove trimestres de expansão, entre outubro e dezembro a economia apresentou retração de 0,69% frente ao mesmo período de 2000. Em relação ao trimestre anterior, a queda foi de 1,67% — a terceira consecutiva neste indicador, que exclui influências sazonais. Segundo Eduardo Nunes, chefe do Departamento de Contas Nacionais, apesar da queda a economia brasileira já exibia sinais de melhora em novembro e dezembro (apreciação do real, aumento das exportações, recuperação do setor de bens duráveis). Ou seja, foi um trimestre de taxas ruins mas com várias sinalizações positivas.

— Por isso, do ponto de vista econômico, o terceiro trimestre foi o fundo do poço, quando impactaram todas as crises ou seus efeitos: energia, dólar e juros. Foi o ponto de inflexão, quando tudo deu errado — avalia Olinto.

Na opinião de Nunes, o processo de queda acentuada do ritmo da atividade econômica pode ser mudado este ano. Ele argumenta que as três restrições à expansão em 2001 não são problemas agora. O racionamento acaba hoje; os juros voltaram a cair; o câmbio está bastante estável; e o cenário externo dá sinais claros de recuperação.

O economista-chefe do Citibank, Carlos Kawall, também acha que os indicadores mostram que estamos no caminho da estabilização neste primeiro trimestre (-0,6%, prevê) e da recuperação já no segundo trimestre, para fechar 2002 em alta de 2%.

— Os sinais que começam a vir permitem estimar crescimento de 2,5%, puxado novamente pela agropecuária e pelos serviços. A recuperação da indústria ainda será modesta — afirma Paulo Levy, economista do Ipea.

Editoria de Arte

